

EM SINTONIA COM A DESCONSTRUÇÃO DO ESQUECIMENTO: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO

Odalena dos Santos **BELÉM**
Fabilene da Silva **FARIAS**
Edina de Nazaré Macedo **PINTO**
Nádia Maria Belém das **NEVES**
Vilma Nonato de **BRÍCIO**
Sidioney Oliveira **PESSOA**
Keila Santos de **SARGES**
Edileuza de Sarges **ALMEIDA**
Maria Regina **RODRIGUES**
Maria Elizete de Sousa **MIRANDA**
Fabrício de Sousa **SILVA**
Samuel Barros **PAUMGARTTEN**
Luciane de Sena **CAMÕES**
Joyce da Costa **SENA**
Alice Raquel Maia **NEGRÃO**
Integrantes do Grupo de Estudos de Gênero/
Núcleo de Pesquisa - CUBT/UFPa

Resumo: *Este artigo tem o objetivo de propor uma sintonia teórica sobre o processo de desconstrução do esquecimento da categoria analítica de gênero pela retomada de sua trajetória histórica a partir dos anos 60, e assim poder através da memória provocar a percepção e discriminação dos paradigmas que vem sendo postos em análise no cenário atual.*

Introdução

Este artigo nos convida a entrar em sintonia com a “desconstrução” do esquecimento, se podemos assim dizer, “desconstrução”, através da memória. Para tanto, precisamos acima de tudo, invocá-la e através dela permitir que venha à tona imagens, representações, sentimentos, que constituem parte significativa do passado que vivemos, que construímos individual e/ou coletivamente e que continuamos a construir no presente, como também buscar no esquecimento aquilo que também foi significativo

mas reprimido, ou não tão importante de ser lembrado por ser considerado comprometedor, “insignificante”, mas peça-chave na compreensão de minúcias nas relações de gênero.

Se para muitos autores a memória é poder porque quem a possui tem a possibilidade de afirmar verdades e construir conhecimentos, façamos dela um dos instrumentos principais de nossas análises sobre a busca pela trajetória do surgimento das concepções de gênero enquanto categoria útil de análise, mas também do esquecimento, como outro instrumento tão importante quanto a memória, como mediador entre as reflexões do que foi omitido e/ou esquecido e que traz traços significativos na compreensão da emergência das discussões de gênero.

Precisamos, então, percorrer essa epopéia e deflagrar os caminhos pensantes em que pernoitavam as diferentes concepções de gênero desde sua emergência enquanto discussão teórica e que foram se constituindo e dialeticamente chegando até os debates atuais, através da contribuição de autores como Joan Wallch Scott¹(1995), Guacira L. Louro²(1997), Louise A. Tilly³ In Varikas (1994), Robert Connell (1995). Esses autores contribuíram na compreensão desta trajetória. Uma das memórias inquietantes de uma das autoras que resgatam a trajetória de gênero enquanto questão útil de análise, vem de Louro inspirada por Scott, quando se defrontava com um dilema ao tentar compreender gênero, referindo-se a um pensamento que a levava dizer *“As diferenças e desigualdades que me perturbavam não estavam apenas ‘lá fora’, distantes, mas estavam se fazendo e refazendo constantemente, próximas, no cotidiano, tinham a ver com minhas/nossas práticas sociais imediatas”* (LOURO, 1997, p. 9-10).

Tais práticas sociais, comentadas por Louro, correspondiam à construção de identidades sexuais e de gênero que se emergiam do social para o pessoal, do íntimo para o coletivo e que estavam em uma concepção de desacordo e divergência onde as questões eram feitas de múltiplos lugares. As perspectivas teóricas eram confrontadas e analisadas para intervir com o rompimento de pensamentos dicotômicos que alicerçam e legitimam as relações de poder entre homens e mulheres enquanto seres políticos, sociais e culturais.

As memórias retomam essa “estranha” palavra: “Gênero”, que tanto vem sendo discutida e evidenciada não apenas no cenário acadêmico,

¹ Professora de Ciências Sociais no Instituto de Estudos Avançados em Princeton.

² Historiadora, pesquisadora, doutora em estudos de gênero e coordenadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de gênero).

³ Diretora do programa de estudos Históricos na New School Research em Nova York.

mas na mídia, nas escolas, nos sindicatos, nas famílias. Mas quais são suas repercussões e influências na mudança de comportamento social? Para responder tais questionamentos precisamos perceber as palavras como construtoras da história, como uma das bases da transmissão cultural: a linguagem. Dentre as palavras vamos falar aqui da palavra gênero em suas múltiplas interpretações no limiar das inquietações humanas sobre esta categoria vivida e depois posta em análise em cenário acadêmico e social transpondo-se à política, economia, cultura e todos os setores que nos constitui enquanto sociedade.

Resgate da trajetória histórica das concepções de gênero

Uma das primeiras representantes desse grupo de pensadores foi a americana Joan Scott (1995) que introduziu no Brasil tais discussões através de seu artigo “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, no qual apresentava como primeiras reflexões sua concepção sobre a palavra “gênero”, encontrada inicialmente nos dicionários da gramática norma culta. Neste artigo, Scott percebia gênero intrinsecamente ligada a simples explicações conceituais, mensuráveis e limitadas, porque concebia não haver possibilidade de “represar, aprisionar e fixar o significado de uma palavra de uma forma que seja independentemente do jogo da intervenção e da imaginação humana” (p. 71). Assim, criticou e ainda continua criticando e refletindo sobre a forma como as pessoas vem utilizando de modo figurado, os termos gramaticais, através dos séculos, para evocar os traços subjetivos de caráter e os traços sexuais.

A sua primeira crítica à gramática refere-se à tentativa de enquadrar e apresentar conceitos absolutos mensurando significados de forma mais objetiva possível. Este se tornou um fator de angústia, inquietação, por considerar inconcebível fazer essa associação para categorias que superam essa mera análise estática. Sob tal perspectiva, a palavra “gênero” vinha sendo, e ainda é, infelizmente, inserida dentro dessas formas conceituais absolutas e universais através da limitação de suas definições. Tais posturas não deixam de ser frutos do paradigma positivista que procura relativizar conceitos tornando-os generalizantes, através do enfoque causal que por mensurar a realidade, descompartmentaliza a compreensão social, política e cultural das análises de gênero.

Scott ressalta que o primeiro movimento de contestação a essa imposição sobre a definição do conceito de gênero na gramática norma culta, foi redirecionado para uma visão mais interna e subjetiva através

de múltiplos significados atribuídos a percepção dos gêneros dentro das relações de poder, pelas feministas americanas que começando a perceber-se inseridas em relações de diferenças em um mundo eminentemente de dominação masculina, passaram a utilizar a palavra “gênero” mais literalmente para referirem-se não a um conceito linear, mas à organização social da relação entre os sexos.

Para Scott, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial nesse momento histórico que data do final do século XX, a partir dos anos 60, 70, quando se questionavam a palavra “gênero” utilizada gramaticalmente como distinção de sexo (masculino e feminino). Para as feministas o novo conceito que se fundamentou na superação da distinção sexual da diferença biológica entre homens e mulheres, indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” e que fortaleciam desigualdades sociais entre homens e mulheres através das relações de poder percebidas principalmente através das representações sociais vividas no limiar dos tempos, desde nossos ancestrais até hoje registrada pela própria história oficial determinando implicitamente a percepção de representações específicas que estabelecia condições entre dominador x dominado sobre os corpos masculinos e femininos.

Scott ressalta que o primeiro estudo das feministas teve por objetivo compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico, através do desvelamento do leque de representações sociais e de simbolismos sexuais vividos por homens e mulheres nas diferentes sociedades e períodos, encontrando seu sentido, e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la.

O resgate histórico que Scott propõe é de perceber que tais questionamentos iniciais feitos pelas feministas americanas, viriam mexer com os paradigmas disciplinares. Ao trazer à tona a história das mulheres omitida pela história oficial narrada por homens, com pensamentos hegemônicos masculinos, viriam provocar *“a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante para incluir toda a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas”* (SCOTT, 1995, p. 73). Porém, para que essas experiências pudessem ser incluídas, era necessário que as discussões de “gênero” pudessem sair dessa função meramente estática, gramatical e pudessem ser desenvolvidas como uma categoria de análise, assim como os conceitos de raça, etnia já estavam sendo considerados de forma singulares diferentes da gramática culta, levantando o grupo das histórias não incluídas, marginalizadas pela história oficial.

Mas como as feministas chegaram a este movimento de contestação? É o que Louro (1997) vem discutir em contribuição a essa análise. Louro, após estudos sobre gênero e sobre a leitura dos pensamentos de Scott, conceberá gênero como um conceito que está diretamente ligado à história do movimento feminista contemporâneo, tendo múltiplos apelos e que foi afirmado como um movimento social organizado no Ocidente no século XX com manifestações contra discriminação feminina, através de dois movimentos: o Sufragismo, que foi o primeiro movimento do feminismo que se caracterizou pelo surgimento de um movimento voltado para entender o direito do voto às mulheres, reivindicações quanto à organização da família, oportunidade de estudo e acesso a determinadas profissões. Estas reivindicações estavam inicialmente ligadas aos interesses das mulheres brancas da classe média. Já o segundo movimento ocorreu no final da década de 1960 quando as preocupações sociais e políticas transcenderam às construções teóricas entre as estudiosas militantes surgindo gradativamente a necessidade de se aprofundar o conceito de gênero para dimensões mais sociais, políticas e sobre as relações de poder.

De acordo com Louro, o ano de 1968 foi considerado um marco de rebeldia e de contestação, insatisfações e protestos coletivos de diferentes grupos sociais na França, EUA, Inglaterra e Alemanha, que expressavam suas inconformidades contra as teorias universais. Nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e transformação, o movimento feminista ressurgiu nos grupos de conscientização, protestos públicos, livros, jornais, revistas, obras clássicas. Surgem os Estudos da Mulher, quando militantes acadêmicos trazem para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando o seu fazer intelectual e político.

O objetivo das feministas era tornar visível a mulher enquanto sujeito da ciência. A invisibilidade era produzida por múltiplos discursos, principalmente quanto às ocupações femininas que eram rigidamente controladas e dirigidas por homens. Por isso, por um bom tempo, o conceito de gênero ficou atrelado exclusivamente a esse movimento feminista. Os estudos sobre a mulher se iniciaram com descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres. Estudos das áreas da Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura apontavam as desigualdades sociais, políticas econômicas, jurídicas denunciando a opressão e submetimento feminino. Objetivando avançar essas análises, as mulheres fundaram revistas, organizaram-se em grupos de estudos,

discutindo diferentes assuntos. Daí surgiram propostas que iam desde a integração do universo feminino ao conjunto social até a subversão dos paradigmas teóricos vigentes com pretensões de construir uma História, Literatura, Psicologia da mulher.

Com o levantamento de informações, Louro comenta que construíram estatísticas, apontando lacunas e evidenciando o seu caráter político, marca significativa dos estudos feministas. As diferentes perspectivas analíticas marxistas, psicanalistas, mesmo biológicas, acabaram por ter o caráter de argumento final para identificar e justificar as diferenças sociais entre homens e mulheres. As feministas, de acordo com Scott, tentam mostrar as limitações dessas teorias sobre a visão dicotômica e biológica de gênero. Como os termos não davam conta da categoria de análise, assim, um novo conceito de gênero surge em um momento de efervescência paradigmática. Esse movimento procura superar e questionar o paradigma hegemônico heterossexual masculino positivista que procurava dar ênfase às causas das origens centralizando suas indagações principais na busca de respostas pelos porquês das diferenças sociais entre os sexos na história, como forma de compreender as diferenças até hoje presentes nessa relação de poder.

No entanto, a fim de evidenciar um outro paradigma que pudesse contrapor ao hegemônico, as feministas encontraram no enfoque crítico-dialético e posteriormente no pós-estruturalista, argumentações que pudessem dar ênfase principal na compreensão sobre as diferenças não na busca das causas, mas do processo como essas representações se constituíam e continuam a se constituir nas práticas sociais. Assim, sob esta outra perspectiva de análise, fundamentada na percepção dos modos e do como vêm se constituindo as relações de poder, emergem outras perspectivas para o conceito de gênero.

Essa nova maneira de olhar gênero provocou uma reviravolta epistemológica sobre os paradigmas disciplinares, que se apresentam em dois momentos distintos: um primeiro que procura contextualizar os movimentos históricos e um segundo que procura trabalhar as concepções propriamente ditas. Para tanto, foi necessário pensar gênero para além de análises biológicas. Desse modo, as feministas anglo-americanas e francesas buscam não as causas, mas os desdobramentos das diferenças das representações sociais através dos múltiplos processos de dominação masculina sobre a feminina num movimento que parte do sujeito individual e coletivo, da organização social pelo poder.

Mas poderíamos nos perguntar como essas definições chegaram até tais conclusões múltiplas através dessa efervescência conceitual? Desde a emergência das discussões sobre as mudanças de percepção de gênero em superação ao reducionismo deste termo, foi se dando o início de inúmeras inquietações sobre as limitadas explicações que justificavam as relações de poder entre homens e mulheres através da história das culturas e da organização social, política e econômica das sociedades. Assim, a fim de poder sugerir outras abordagens que pudessem amparar e tornar válida essa nova discussão sobre o termo “gênero” pela academia, era preciso apresentar outros caminhos de análise que pudessem estar subsidiando tais inquietações e a primeira delas, que contrapôs a da gramática norma culta, foi o início de outras que foram surgindo e constituindo novas formas de análise.

Os diferentes conceitos de análise sobre gênero

A partir dos anos 60 até os dias atuais, vem havendo a intenção de incorporar o conceito de “gênero” às teorias existentes academicamente, a fim de torná-lo realmente uma categoria de análise teórica e epistemológica que possa estar sendo utilizada pelas diferentes áreas de conhecimento como objeto de estudo sobre as relações que se compõem pela transversalidade com que as representações de gênero vêm se configurando.

Segundo Louro, o primeiro conceito construído de gênero foi feito pelas feministas anglo-saxãs, que passa a ser usado como distinto de Sexo (distinções sociais baseadas pelo sexo, visto como ferramenta analítica e política).

O segundo conceito transcende as diferenças biológicas, para as representações sociais a fim de procurar identificar e justificar as desigualdades sociais.

O terceiro conceito refere-se às aprendizagens de representações sociais masculinas e femininas, analisando os indivíduos e suas relações interpessoais. Este conceito foi resultado de transformações nos estudos feministas, no final dos anos 80.

O quarto conceito concebe gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, como identidades plurais, múltiplas que não são fixas ou permanentes, podendo ser contraditórias, mas que se produzem e reproduzem através das relações de poder, enquanto sujeitos que se constituem pela e na diferença. É importante percebermos tais conceitos

sob diferenciadas abordagens analíticas como as estabelecidas por Scott, e suas limitações.

Scott vai classificar as abordagens das análises de gênero pelas feministas através de três teorias: a primeira, como uma tentativa de explicar as origens do patriarcado; a segunda se situa no interior de uma tradição marxista que busca um compromisso com as críticas feministas e a terceira fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto a fim de explicar a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

A teoria do patriarcado refere-se à subordinação das mulheres através da reprodução da espécie, na qual há a primazia da paternidade, “*obscurecendo o trabalho real e a realidade social do esforço das mulheres no ato de dar à luz*” (SCOTT, 1995, p. 77), o que provocou a busca das feministas pela libertação da função reprodutiva da espécie. Quanto às suas limitações, Scott ressalva que:

As teorias do Patriarcado questionam as desigualdades entre os homens e as mulheres; sua limitação consiste em não mostrar o que as desigualdades de gênero têm a ver com as outras desigualdades físicas fora de uma construção social e cultural, portanto a-histórica do próprio gênero (SCOTT, 1995, p. 78).

As teorias feministas marxistas apresentam uma abordagem mais histórica, porém encontram suas limitações ao relacionar o conceito de gênero atrelado unicamente aos modos de produção. Assim, as explicações das origens e das transformações dos sistemas de gênero estão fora da divisão sexual do trabalho, pois todos acabam sendo produtos dos modos de produção.

Já as/os pós-estruturalistas encontraram em duas escolas modos diferenciados de analisar os processos de construção da identidade dos sujeitos: na escola Anglo-Americana –cujo principal representante é *Nancy Chodorow*– onde houve uma preocupação maior com a construção do sujeito, e na escola francesa que está baseada em leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de *Freud* no contexto das teorias da linguagem –seu representante principal é *Jaques Lacan*. Apesar de ambas as escolas se preocuparem não com as causas, mas com os processos pelos quais se constrói a identidade dos sujeitos, como meio de se compreender gênero, é na teoria de *Freud* que se concentra as principais

atenções, que junto a *Lacan*, concordam que o inconsciente é o fator decisivo na construção do sujeito. É o lugar de instabilidade constante para o sujeito 'generificado', portanto, que contempla o paradigma multicultural e unitário que vê na incompletude, o processo de construção da identidade dos sujeitos dentro de suas masculinidades e feminilidades imbricadas em suas peculiaridades e que passam a ser analisadas não separadamente.

Nesse sentido, apesar de novo e recente, o conceito de gênero ainda vem se reformulando e construindo outros possíveis caminhos de análise sob perspectivas de paradigmas que ainda emergem de formas diferenciadas, mas que têm por objetivo mexer com o paradigma hegemônico e provocar a desconstrução da visão dicotômica, reducionista sobre a imposição de verdades absolutas, também questionadas e modificadas, flexíveis e que acabam por provocar uma reflexão sobre o processo de humanização entre os seres sociais independente de sua condição de e na diferença, construindo, como consequência a compreensão conjunta das múltiplas feminilidades e masculinidades que constituem os seres humanos enquanto sujeitos de direito.

Masculinidades e feminilidades nas análises de gênero

O conceito mais recente e atual de gênero que vem sendo debatido e analisado dentro do enfoque pós-estruturalista, permite compreender as mudanças de representação social a partir da compreensão das análises sobre as masculinidades e feminilidades como constituintes unitários presentes tanto nos homens, quanto nas mulheres, a partir das relações de poder. A partir da revolução feminina nos anos 70, autores como Robert Connell (1995), vêm se preocupando em analisar o conceito de gênero dentro das mudanças sobre a representação feminina e as mudanças de comportamento dos homens diante dessa nova representação.

Assim, o que Connell chama de surgimento das Políticas da Masculinidade será também presente nas discussões e análises de gênero, uma vez que os homens vêm cada vez mais se afastando de forma diferenciada da masculinidade hegemônica sendo considerados 'diferentes'; experimentam práticas de discriminação ou subordinação, antes vividas pelas mulheres. Isso por considerar que qualquer forma particular de masculinidade é contraditória como já afirmava *Freud*. Connell ressalta que "*É necessário enfatizar a presença da feminilidade dentro*

da personalidade dos homens e da masculinidade dentro da personalidade das mulheres e como elas surgem dentro de diferentes contextos” (CONNELL, 1994, p. 189).

A esta questão Connell apresenta em suas discussões que há uma narrativa convencional sobre a maneira como as masculinidades são construídas onde se supõe que toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens, adotando, de acordo com a construção cultural, uma das formas de masculinidade para definir a masculinidade em geral, como uma representação do ser homem de forma visível, padrão. Essa masculinidade se produz juntamente e em relação com outras masculinidades (p.190); Connell pensa a masculinidade não como um objeto, mas como um *projeto de vida* tanto coletivo como individual que está continuamente se transformando, afetando e sendo afetado por inúmeras instituições e práticas tal como a feminilidade.

Atualmente, os conceitos de gênero vêm afetando de sobremaneira a atuação masculina dentro das relações sociais e vem favorecendo o surgimento de outras políticas da masculinidade - formas diferenciadas de viver novas representações masculinas distintas da hegemônica - como afirma Connell (1994).

Na própria mídia já está sendo transmitida, através dos meios de comunicação nas novelas televisivas, programas de auditório, cinema e tantos outros, o tema capa da revista *Veja* de 22 de agosto de 2001 - “Homem: o Super Herói Fragilizado” já demonstra através de estudos essa “metamorfose” masculina na redefinição das representações sociais diante das transformações das representações femininas.

A emergência das mulheres em espaços antes considerados exclusivamente masculinos e a valorização e exaltação da confirmação por esse espaço têm sido uma conquista feminina que tem vindo de encontro às rupturas ao modo de ver, perceber e viver essa nova mentalidade mais presenciada e construída, agora não apenas pelos homens, mas por mulheres. De acordo com esta matéria, estudos recentes mostram que para muitos homens a grande angústia masculina é enquadrar-se na imagem tradicional do macho: seguro, frio, corajoso, bem-sucedido, agressivo e provedor.

Como foi visto, as análises do estudo de gênero, apesar de terem emergido com a revolução feminista, esteve por muito tempo atrelado aos estudos das mulheres. Porém, foi a partir das alterações femininas no mundo social, que se pode observar uma outra forma diferenciada

da hegemônica a percepção das mudanças de representação dos homens. Connell, com as análises sobre as políticas da masculinidade, vem demonstrar que gênero enquanto categoria útil de análise tem provocado reflexões sobre ambas as representações dentro das relações de poder entre os seres sociais.

Como ainda são recentes tais discussões e proposições, ainda há várias perspectivas que vêm se evidenciando diante dessa crise paradigmática e se constituindo como processos de análise. Nessa efervescência, há muitos embates mesmo entre os/as próprios/as pós-estruturalistas quanto à forma mais “apropriada” de análise sobre as questões de gênero, as quais ainda estão entre perspectivas feministas com base em questões sobre o levante histórico fundamentado na necessidade de se construir a história das mulheres, a qual foi omitida da história oficial e, em contrapartida, há a perspectiva da desconstrução das dicotomias e do rompimento com a separação historicamente construída, a qual sustentou e reafirmou as relações de poder entre homens e mulheres.

Ambas as perspectivas não deixam de fundamentar-se na análise do processo de como se dão as representações masculinas e femininas dentro de suas feminilidades e masculinidades dentro de abordagens pós-estruturalistas, porém que se confrontam com os caminhos percorridos para a compreensão de gênero numa visão mais holística sobre o reconhecimento e vivenciadas diferenças dessas representações.

Discordâncias e embates entre as diferentes perspectivas teóricas pós-estruturalistas sobre as análises de gênero

Tais concepções emergentes e diferenciadas dentro dos estudos pós-estruturalistas constituem diferentes abordagens sobre os aspectos analíticos do conceito de gênero. Diante dessa multiplicidade de formas de análise, não se poderia deixar de considerar seu caráter de confronto sob a forma de como fazer essas análises contemplando a objetividade, e a subjetividade assim como também a própria construção das identidades do sujeitos com ênfase em seus processos e não em suas causas.

Percebem-se tais conflitos de idéias sobre o pensamento de Scott que defende o processo de desconstrução da visão dicotômica, e de Louise A. Tilly que defende a História Social como caminho viável de análise e construção de uma história das mulheres, a qual foi por muito

tempo omitida pela história oficial, até mesmo pela sua reconstituição histórica. Louro, que vê em Scott um forte referencial, ressalta que mesmo as/os pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade, e apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e compreensão social. De acordo com esta autora, é necessário então problematizar os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido na ciência. Deve-se questionar a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social.

Scott defende a idéia de que é preciso desconstruir o “*caráter permanente de oposição binária (masculino e feminino)*”. Sob esse prisma, deve-se observar o pensamento dicotômico e polarizado das sociedades sobre os gêneros, concebendo homem e mulher, como pólos opostos na relação dominação-submissão. Concebe-se a desconstrução como caminho que sugere que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita, perturbando a relação de via única, rompendo a dicotomia e abalando o enraizado caráter heterossexual que estaria presente no conceito de gênero na visão de muitos/as.

Na tentativa de procurar abrir caminhos de análise sobre tal conceito, surgiram diferentes contribuições quanto ao enfoque de pesquisa sobre gênero que chegaram até ir de encontro a outros pensamentos. Um exemplo bastante significativo desse embate teórico está presente nas abordagens de autoras como: Tilly e Scott, mesmo concordando com o mesmo paradigma pós-estruturalista. A primeira defendia que gênero deveria ser uma análise sobre a História Social com a construção da história das mulheres também para evitar a polarização do conceito de gênero. Tais contribuições colocavam em xeque críticas em defesa as próprias concepções concebidas por ambas as autoras. Em um artigo presente em *Cadernos Pagu*, In Varikas (1994), observa-se tal embate teórico sobre o modo como estudar e analisar gênero enquanto conceito analítico.

Neste, Scott faz sérias críticas as intenções de Tilly, que propõe uma outra abordagem de gênero capaz de ultrapassar a simples descrição, critica a História Social por fazer do gênero um subproduto. A essa afirmação Tilly discorda defendendo a História Social, mas Scott concebe gênero enquanto uma categoria de análise que está centrada na significação, no poder e no ator. Gênero, para Scott, é tanto um elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas pelas relações de poder. Por isso, recomenda a desconstrução

como método para contestar os paradigmas da história, analisando no seu contexto a maneira pela qual opera toda oposição binária, lançando um apelo para uma história crítica e intelectual.

Tilly, como especialista em História Social, não concorda com Scott ao afirmar que a desconstrução é um método que abre novas perspectivas para a nossa compreensão da produção cultural do passado, mas minimiza ou rejeita os métodos e as questões decisivas que transformaram profundamente a prática histórica e a história. Segundo Tilly, Scott ao pensar na desconstrução como método universal, corre o risco de fazer uma concepção funcionalista de causalidade. Tilly afirma ainda que é duvidosa a reflexão de Scott sobre a desconstrução como contribuição para a explicação. Para esta autora a desconstrução é um método que permite a explicação de significados ocultos mas permite construções novas.

Quanto às críticas de Scott à História Social, Tilly comenta e defende-se criticando Scott ao afirmar que a desconstrução é inquietante pela atenção insuficiente que concebe ao tempo ou ao contexto, ambos centrais para o método histórico. Os próprios problemas são vinculados à utilização da diferença entre sexos como relações sociais desiguais ou como justificção destas. Assim, para alcançar seus objetivos tanto no domínio do conhecimento quanto do político, a história das mulheres tem a necessidade de empregar os métodos de análise da história social, além de usar a descrição e o conceito de gênero.

Como se viu, a trajetória histórica que se propõe discutir neste artigo, nada mais é do que resgatar a compreensão dos momentos de efervescência social que culminaram na emergência das discussões de gênero como categoria teórica de análise, hoje já reconhecida e como se vê constantemente construída através de embates e superação de paradigmas que procuram se tornar hegemônicos.

Considerações Finais

A emergente trajetória histórica do conceito de gênero, enquanto categoria de análise, é fruto das inquietações sobre as relações de poder a partir das diferenças sociais entre masculinos e femininos. A partir disso, houve a necessidade de se afirmar tal conceito enquanto categoria útil de análise no qual num primeiro momento partiu da compreensão das dicotomias nas relações entre homens e mulheres enquanto sexos diferenciados, posteriormente por estar estritamente atrelado a

revolução feminista e ao surgimento do movimento feminista o conceito estava muito relacionado aos estudos das mulheres. Porém foi através das reflexões da necessidade de superação dos paradigmas disciplinares fundamentados pelo positivismo e na superação da simples busca pelas causas através da necessidade de se compreender os processos que constituíam as representações sociais.

Tais paradigmas vêm sendo ainda postos em xeque uma vez que novas inquietações vinham surgindo e o embate e confronto dava e continua dando lugar a uma construção dialética que procura perceber o conceito de gênero cada vez mais atrelado as relações de poder dentro de uma visão multicultural na construção das múltiplas identidades dos sujeitos. Portanto, tal retrospectiva histórica demonstra nunca ter sido linear e hegemônica, mas provocadora e instigadora pela mudança intelectual, política e principalmente cultural na construção de novas análises voltadas para as 'minhas/nossas práticas sociais' no cotidiano, como dizia Louro, referentes às diferenças que nos perturbam e que continuam se fazendo e refazendo constantemente próximo a nós.

Enquanto grupo de estudo sobre questões de Gênero percebe-se como a construção hegemônica está impregnada nas subjetividades, postura intelectual, nas falas, nos exemplos do cotidiano, nas discriminações e caminha simultaneamente com o desejo pela desconstrução de tais representações universais dicotômicas que se projetam em pequenas discussões, em mergulhos de ida e vinda nos referenciais teóricos, no compartilhamento de idéias, experiências e análises das práticas; enfim, em rompimento com posturas sectárias da visão de mundo que permite ampliar horizontes, reduzir preconceitos, proporcionar a construção das incertezas e nos reconhecer em nossas incompletudes.

Cabe então perguntar: quer-se romper com esse processo determinista de imposição sobre a representação feminina e masculina? Quer-se permitir a possibilidade de questionar e construir permitindo que venha à tona nossas múltiplas identidades, enquanto sujeitos? São respostas que somente cada um/uma pode responder. Porém, se esta for 'sim', espera-se poder recebê-las/los de portas abertas com suas experiências, com sua vontade de apreender a aprender e de questionar a realidade no grupo de estudo de gênero. Com certeza será uma participação extremamente importante e bem-vinda aos nossos debates, discussões e leituras sobre este tema socio-

político e cultural, venha colaborar conosco com singularidade, perspectiva e autonomia.

BIBLIOGRAFIA

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade. Gênero e Educação*. Porto Alegre: v. 20, v. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

Desacordos, Desamores e Diferenças. *Cadernos Pagu*. 1994.

DIEGUEZ, Consuelo. Homem: O Super Herói Fragilizado. *Revista Veja*, ed. 1714, ano 34, de 22 de agosto de 2001(p.116-123).

LOURO, Guacira L. Gênero, História e Educação: Construção e desconstrução. *Educação e Realidade. Gênero e Educação*, Porto Alegre: v. 20, v. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

_____. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, 4ª ed. Petrópolis: vozes, 1997.

SCOTT, Joan Wallch. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade. Gênero e Educação*, Porto Alegre: v. 20, v. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VARIKAS, Elcni. Gênero, Experiências e Subjetividade: a propósito do desacorde Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, 1994, p. 63-84.